

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.551 - SP
(2019/0151609-8)**

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : VINÍCIUS SANTANA GONZALIS
EMBARGANTE : LUDMILA CRISTINA BARDELLI
ADVOGADOS : MARCIO MUNEYOSHI MORI - SP177631
ELIANA YOSHIKO MOORI KUMODE - SP166857
EMBARGADO : TECNISA S/A
EMBARGADO : GRANADA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADOS : ELISA JUNQUEIRA FIGUEIREDO TALIBERTI - SP148842
RICARDO TEIXEIRA DO NASCIMENTO - SP315662

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por VINÍCIUS SANTANA GONZALIS e LUDMILA CRISTINA BARDELLI contra decisão singular, desta relatoria, que negou provimento ao agravo em recurso especial de TECNISA S/A e de GRANADA INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e, ainda, deixou de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, em razão da ausência de condenação na origem, dado o reconhecimento da sucumbência recíproca (e-STJ fls. 446/453).

Aduzem, em síntese, que há contradição e omissão a ser sanada, nos termos do artigo 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015, porquanto necessário o pronunciamento acerca da ausência de majoração dos honorários, visto que, "[...] conforme sentença de fls. 286/290, houve a condenação das rés, ora agravantes ao pagamento de 50% das despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação [...]" (e-STJ fl. 456).

Impugnação às fls. 462/464 (e-STJ).

Os embargos foram opostos tempestivamente.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Primeiro, consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015 para os presentes embargos de declaração.

Superior Tribunal de Justiça

Consoante o artigo 1.022 do estatuto processual civil de 2015, cabe a oposição de embargos de declaração para: (i) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; (ii) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; e (iii) corrigir erro material.

No caso, a decisão embargada enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, no que foi pertinente e necessário, exibindo fundamentação clara e suficiente.

Não obstante, constatada a discordância dos embargantes com o deslinde da controvérsia, ficou demonstrada efetiva contradição a ensejar a integração do julgado.

No caso dos autos, a decisão embargada deixou de majorar os honorários, em razão da ausência de condenação na origem, dado o reconhecimento da sucumbência recíproca.

Ocorre, todavia, que o Tribunal de origem negou provimento ao recurso de apelação dos ora embargados "[...] *majorando a honorária, devida ao patrono do vencedor, para 12% do valor da condenação, na forma do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil [...]*" (e-STJ fl. 336).

A irresignação, dessarte, merece acolhida, para sanar o vício apontado.

Com efeito, no que diz respeito ao dispositivo da decisão embargada, onde se lê:

"Em face do exposto, nego provimento ao agravo e, ainda, deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, em razão da ausência de condenação na origem, dado o reconhecimento da sucumbência recíproca." (e-STJ fl. 453).

Leia-se:

Em face do exposto, nego provimento ao agravo e, ainda, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Superior Tribunal de Justiça

Em face do exposto, acolho os embargos de declaração, com efeitos infringentes, para sanar a contradição apontada.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora

